



Rede Conecta
Após cobranças, empresa muda plano de saúde
■ Pág. 04

Reforma da Previdência
Impacto vai ser nos trabalhadores, especialmente aqueles mais pobres
■ Pág. 05

Teleinformações
Após várias denúncias, MP propõe assinatura de Termo de Ajuste de Conduta
■ Pág. 06

Contax e Neo BPO(ex-Tivit)

As duas maiores são os piores exemplos de negociações

Página 02

CSU e Datamétrica

Acordo é aprovado em assembleias com participação efetiva dos trabalhadores



Página 03

Presidente da CUT PE
Defesa dos direitos da classe trabalhadora
pautará nossa atuação



Página 06

TRAGA SUA ALEGRIA PARA O

Ligados na Folia 2017

CONVITE

18 de fevereiro
Clube Internacional do Recife
a partir das 22h

Convidamos você para o 11º Baile de Carnaval do SINTTEL. Não esqueça de contribuir com a campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis que serão doados para ONG's e Movimentos Sociais. A entrada será convite e mais 1kg de alimento não perecível.

FALA, PRESIDENTE



Como já prevíamos, o ano começou trazendo muita dificuldade para todos os trabalhadores. O golpista Temer, com o apoio descarado da Câmara e do Senado, já trabalha pela aprovação de suas propostas de reformas previdenciária e trabalhista com prejuízo incalculável para os que vivem do trabalho.

Em nosso setor, já entramos na segunda semana de fevereiro e nada de solução para renovação dos acordos com as maiores empregadoras em Pernambuco, a Contax e a Neo BPO (ex-Tivit). Exatamente as duas maiores são os piores exemplos. É bastante

possível que ocorra um impasse, pois o que as empresas oferecem é somente desrespeito. E nós trabalhadores temos que responder com muita pressão e mobilização!

Felizmente o bom senso que anda faltando na Contax e na Neo BPO não se alastrou por todo canto e conseguimos chegar a um entendimento com as direções da CSU e Datamétrica. Nestas duas empresas, os acordos já foram aprovados pelos trabalhadores em grandes e participativas assembleias. A tônica deste ano vai ser de embate e enfrentamento diários!

Marcelo Beltrão

Contax e Neo BPO: as duas maiores atualmente são as duas piores

Na última reunião nacional de negociação realizada no dia 1º de fevereiro, a empresa apresentou uma “nova proposta”. A proposta anterior falava em um reajuste de 3,58% só em julho e a “nova proposta” antecipa para junho. Isso só evidencia o desrespeito com os trabalhadores do teleatendimento que têm data base em 1º de janeiro, quando os reajustes deveriam ser aplicados.

A inflação anual foi de 6,58% e qualquer proposta que cause prejuízo aos trabalhadores não será aceita. Os representantes patronais apresentaram ainda um abono parcelado de 40% em fevereiro e 60% em maio, mas nada foi dito com relação ao valor.

A pauta apresentada pelo sindicato foi a criação de um piso salarial de R\$1.300,00 para trabalhadores em teleatendimento e um PL de um salário mínimo. “Mais uma vez, a Contax e as

demais empresas presentes na mesa de negociação nacional desrespeitam os trabalhadores. Apesar dessa crise política e econômica, o setor vem obtendo resultados financeiros positivos e nós somos os principais responsáveis, afinal nos esforçamos tanto e não é justo propor 6 meses de retrocesso salarial”, enfatizou o diretor do Sinttel e trabalhador da Contax, Pedro Henrique.

Trabalhador tem um papel fundamental nessa negociação

Aqui em Pernambuco, apenas a Contax e a Neo BPO não fizeram o pagamento de janeiro com o piso salarial já reajustado. “Não existe nenhuma sinalização positiva ou sequer respeito aos trabalhadores por parte das duas empresas”, afirmou a representante do Sinttel na negociação nacional, Paula



Danielly. Uma nova rodada de negociação está marcada para acontecer esta semana, em São Paulo.

Diante desse impasse, o sindicato convoca todos os trabalhadores para fazerem uma forte pressão em cima da CONTAX e da Neo BPO. Na mobilização, vamos esclarecer mais detalhes sobre a campanha salarial e nos prepararmos para uma provável paralisação.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco, filiado à CUT e à FENATTEL.

Rua Afonso Pena, 333
Boa Vista, Recife PE
CEP: 50.050-130
Fone: 3320.8666
www.sinttel-pe.org.br
sinttel-pe@uol.com.br

Tiragem: 15 mil exemplares
Gráfica Alencar

Jornalista Responsável:
Priscilla Melo (DRT 4347)

Marcelo Beltrão
Presidente

Diretoria de Comunicação
Lamartine Vasconcelos
Pedro Henrique Reinaux

Sub-sede Caruaru
Av. Frei Caneca, 152 - Sala 03
Nossa Senhora das Dores
Caruaru/PE

Novo Acordo Coletivo com a CSU é aprovado

A CSU tem data base em 1º de janeiro e, após três rodadas de negociação, os representantes da empresa apresentaram uma proposta final que contemplou parte das nossas reivindicações. Foi preciso muito jogo de cintura da diretoria do sindicato, já que a empresa se recusava a aceitar os pleitos dos trabalhadores. Diante disso, os trabalhadores foram convocados para decidirem em assembleia e, por ampla maioria, os itens do acordo negociado pelo sindicato foram aprovados.

O ponto mais positivo desse acordo foi, sem dúvidas, melhorias nas cláusulas sociais. A partir de agora, as mães com filhos menores de 14 anos e matriculados em qualquer estabelecimento de ensino somente poderão ter o seu horário de trabalho alterado se não houver

Itens negociados e aprovados:

- Piso salarial para R\$ 937,00 para jornada mensal de 180h;
- Reajuste de 6% para os trabalhadores que recebem acima do piso;
- Trabalhadores do Back Office reajuste de 6,48%;
- Auxílio-alimentação terá reajuste de 6,58% (R\$ 13,85 para jornada de 44h), R\$ 9,27 para jornada diária de 7h e 12” e R\$ 7,83 para jornada de 36h semanais.

interferência na frequência escolar dos seus filhos.

Outro pleito antigo do sindicato também conquistado foi o aumento do auxílio creche para quatro anos, assim como três dias remunerados, nos casos de acompanhamento de internação ou

consulta de filho(a) que era de seis anos e agora passa para até 12 anos de idade.

Ainda nas negociações, a diretoria do sindicato propôs que a empresa realizasse uma campanha para a troca da modalidade do ticket alimentação para ticket refeição e vice-versa.

Trabalhadores da Datamétrica dizem sim ao acordo negociado pelo sindicato

Cobrança foi o que não faltou durante a negociação para renovação do Acordo Coletivo da Datamétrica. Começou ainda no ano passado e prolongou-se por todo mês de janeiro.

“Não foi fácil, pois o atual momento político e econômico do nosso país e do nosso Estado atrapalhou muito o processo de negociação e achamos que não íamos conseguir fechar o acordo em janeiro”, salientou o presidente do Sinttel, Marcelo Beltrão.

Ao final, foi possível encontrar um ponto de convergência e os trabalhadores, em assembleia, decidiram aprovar os itens negociados. Para que todos pudessem votar, assembleias foram realizadas nos prédios de Olinda e Jaboatão pela manhã e à tarde. Quase 700 trabalhadores compareceram, participaram e decidiram pela aprovação do acordo!

Mesmo com um cenário de crise, foi possível garantir os reajustes na folha de pagamento de janeiro e mesmo o que não foi possível, será pago em uma folha



à parte. Ficando tudo garantido que será retroativo a 1º de janeiro.

“É importante lembrar que os demais itens constantes do atual acordo serão mantidos e os monitores terão a diferença do salário dos teleoperadores mantidas. Portanto, num cenário de crise que estamos vivendo, conseguimos manter todas as conquistas”, enfatizou o diretor do Sinttel, José Anchieta.

Itens aprovados:

- Piso salarial dos teleoperadores de R\$ 937,00 (6,5% de reajuste);
- Demais trabalhadores terão um reajuste de 5%;
- Auxílio alimentação e auxílio creche terão um reajuste de 7%.

Sindicato intervém e Forte Serviços paga aos trabalhadores

Em 2016, o Sinttel recebeu inúmeras denúncias dos trabalhadores da Forte Serviços que prestam atendimento terceirizado ao 190 e 192. Os atrasos de salários e benefícios (vale transporte, vale alimentação e plano de saúde) foram constantes e se repetiu por vários meses.

Em outubro, a diretoria do sindicato se reuniu com a empresa e cobrou o fim das irregularidades. Após várias tentativas de acordo frustradas, a diretoria do sindicato solicitou que a SDS agisse e, por determinação judicial, a Forte Serviços teve sua conta bloqueada para que cumprisse com suas obrigações trabalhistas e pagasse o que devia aos trabalhadores.

“Todo o processo foi intermediado pelo Sinttel visando quitação dos salários de novembro de 2016, vale alimentação e vale transporte proporcionais de dezembro de 2016. Com encerramento do contrato da Forte junto a SDS, as rescisões contratuais e os recolhimentos de guias FGTS também foram concluídas com êxito”, disse o diretor jurídico do Sinttel, Carlos Eduardo Veras.

Denúncias

De acordo com relato dos trabalhadores, a Forte Serviços alegava falta de dinheiro para os atrasos dos pagamentos. “A Forte ainda jogava a culpa para a SDS dizendo que a mesma atrasava o repasse

do dinheiro da prestação de serviço. Já a SDS dizia que tudo estava em dia. Ficava uma jogando a responsabilidade para a outra. No final, os únicos prejudicados éramos nós”, relatou o trabalhador da Forte que preferiu não se identificar.

“Tudo era pago fracionado, as passagens e o vale alimentação. Se o sindicato não tivesse intercedido por nós, não teríamos visto a cor desse dinheiro. Ainda tem mais: se o trabalhador faltasse por falta de passagens ele era obrigado a se deslocar até a sede da empresa, em Boa Viagem, para justificar que a Forte não pagava as passagens. Essa foi minha rotina durante um ano que estive na empresa. É um descaso total”, completou mais um trabalhador que também não quis se identificar.

A diretoria do Sinttel continua monitorando e cobrando da Forte os casos dos trabalhadores que estavam de férias, das gestantes e dos afastados pelo INSS, entre outros casos para que o direito também seja garantido.

É importante ressaltar que a grande maioria dos trabalhadores deste contrato migraram para a nova prestadora de serviços da SDS, a empresa PRIME, no call center do atendimento 190/192 e o Sinttel está a disposição de todos os trabalhadores, migrados ou não, no sentido de buscar sempre garantir o direito de todos.

Rede conecta: problema com o plano de saúde foi resolvido em parte

Com a implantação do novo plano saúde de dois grandes problemas surgiram: qualidade no atendimento e valor da mensalidade. Após seis meses de cobranças da direção do sindicato, uma parte do problema parece que foi resolvido no último dia 1º de fevereiro.

Saiu a Unimed Rio e entrou a Unimed Nacional e os trabalhadores esperam que o grande número de clínicas conveniadas

que hora atendia e outra hora não atendia tenha sido solucionado com esta mudança. Outro ponto importante que ainda não foi resolvido é o alto valor das mensalidades pagas e a cobrança da coparticipação.

As negociações estão em andamento na perspectiva de que a coparticipação seja extinta ou, até mesmo, que seja disponibilizado um segundo plano com cobertura regional, barateando assim

Tecnomulti: de mal a pior

A situação da empresa só vem se agravando nos últimos meses. Só para exemplificar, existem trabalhadores que foram desligados há quatro meses e que até agora não receberam suas verbas rescisórias. Tem trabalhador que está na empresa há pouco mais de um ano e ainda não tem valor depositado em sua conta do FGTS.

Essa situação também tem deixado os que estão na ativa desmotivados, pois os salários, os pagamentos da produtividade, o vale alimentação e o valor do agregamento dos veículos estão sendo pagos com atrasos.

Com isso, só resta ao sindicato cobrar da contratante dos serviços (Vivo) uma fiscalização em seus contratos com as prestadoras de serviços. Se nada for feito, a direção do Sinttel vai entrar na Justiça do Trabalho com uma ação de cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e a Vivo também será incluída na demanda judicial.

o valor mensalidade. “Continuaremos com as cobranças até que a empresa se sensibilize e entenda que uma grande parcela dos seus trabalhadores não tem condições de arcar com esse valor absurdo. A retirada da obrigatoriedade de permanecer no plano é outro pleito importante da categoria”, ponderou o diretor do Sinttel e trabalhador da Rede Conecta, Lamartine Vasconcelos.

DIREITO | Reforma da Previdência

O tema promete ser “quente” este ano, portanto, ao longo dos próximos meses, traremos inúmeros pontos de vista acerca dele, sempre procurando desvendar os malefícios deste tipo de mudança nas regras da Previdência Social.

A Reforma da Previdência proposta pelo Governo de Michel Temer vai ter um impacto muito forte sobre os trabalhadores, especialmente os que têm menor qualificação, menor salário e aqueles que começam muito cedo no mercado de trabalho. A proposta em nenhum momento foi debatida com a sociedade e fazer uma reforma num momento de recessão, quando os trabalhadores estão desempregados e muitos deles com problema de saúde, por si só já é uma tremenda sacanagem.

Proposta da Reforma

A proposta impõe uma idade mínima de 65 anos para se aposentar que não é fixa. Cada vez que o IBGE detectar o aumento da expectativa de sobrevida, há um artigo na proposta de Temer que



obriga que essa idade suba de acordo com essa sobrevida. Só para você ter uma ideia: nos últimos 10 anos, a expectativa de sobrevida cresceu 4,6 anos. Se isso estivesse vigente lá atrás, a idade mínima já seria agora quase 70 anos.

A transição que foi colocada tem o efeito ainda pior: ela generaliza cerca de 34 milhões de beneficiários da previdência, dos quais mais de dois terços recebem um salário mínimo. Então, estamos falando de gente pobre e não de uma parcela rica da população. Uma reforma como esta não traz benefício para sociedade, não traz crescimento econômico, aprofunda ainda mais a pobreza e não combate à inflação. Na verdade, é um grande prejuízo social e um forte retrocesso no nosso marco civilizatório deixado

pela Constituição de 1988.

É importante evidenciar que a Previdência é uma política social que distribui renda, que trabalha com o bem-estar da sociedade, afinal de contas o objetivo de todo trabalhador é poder se aposentar. Por isso, qualquer mudança de uma regra para outra deve ser suave.

Já que se fala tanto na dívida da Previdência, é possível encontrar algumas soluções que não retirem direitos dos trabalhadores. Por exemplo, as dívidas bilionárias dos empresários com a Previdência Social. Ao final de 2016, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresentou um estudo afirmando que existem R\$ 1,8 trilhão de créditos para serem cobrados de 13 mil pessoas físicas e jurídicas. Um pacote de medidas deveria está sendo discutindo para acelerar essas cobranças.

PLANOS DO GOVERNO PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

1 - IDADE MÍNIMA

Fixação de uma idade de aposentadoria no país. Tanto homens quanto mulheres poderão se aposentar a partir dos 65 anos.

2 - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Exigência de um tempo mínimo de contribuição de aproximadamente 49 anos. mulheres poderão se aposentar a partir dos 65 anos.

3 - NOVAS REGRAS PARA TODOS

Discussão se novas regras serão válidas para os profissionais que entrarem no mercado ou se irá englobar os já na ativa. A defesa do governo é de que a reforma só funcionar se atingir todos os trabalhadores.

4 - TRANSIÇÃO

Mecanismo de transição para alterar a forma de contribuição previdenciária e impedir que os brasileiros continuem a se aposentar cedo

5 - DESVINCULAÇÃO

Desvinculação dos benefícios da Previdência do método de reajuste do salário mínimo

Impacto da Reforma para as mulheres

A mulher tem uma dupla e até tripla jornada. Tem uma parcela de responsabilidade maior na criação dos filhos, além da discriminação no trabalho e na renda. Por isso é que a Constituição atual prevê um tratamento diferenciado para as mulheres. Vamos pegar um exemplo de uma trabalhadora com 44 anos que já tinha 29 de contribuição - faltava um ano para ela se aposentar. Com a proposta de Temer ela vai se aposentar agora só aos 65 anos de idade. Vai ter que trabalhar mais 20 anos! É uma virada de mesa muito grande para cima de milhões de trabalhadoras.

Será que agora a Teleinformações se enquadra ?

No último dia 31 de janeiro, aconteceu uma audiência com a Teleinformações no Ministério Público. Vale lembrar que esta mesma audiência havia sido remarcada pelo MP anteriormente. Na ocasião, a procuradora do MP mencionou o grande número de denúncias registradas ao longo dos últimos anos e propôs a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pela empresa, visando se enquadrar nas questões denúncias, sob pena de incorrer em penalidades.

A audiência durou menos de uma hora, tempo suficiente para a empresa entender muito bem o recado do MP diante dos absurdos sofridos pelos trabalhadores. Desta vez, a parte intimada foi a Teleinformações. Como o sindicato é parte do processo, a direção teve acesso à ata da audiência. “Esperamos que a empresa corrija os diversos erros praticados na relação de trabalho com

seus empregados. O MPT é um importante instrumento público para fazer valer o direito do trabalho, afirmou o diretor jurídico do Sinttel”, Carlos Eduardo de Oliveira Veras

As denúncias sobre os desmandos da Teleinformações só se acumularam ao longo dos anos e o sindicato sempre esteve à frente de todo o processo. Fruto da mobilização dos trabalhadores com o sindicato, o termo propõe que a empresa mude de uma vez por todas as práticas denunciadas. Mesmo com a orientação da procuradora em assinar o TAC, os representantes da empresa não o fizeram de imediato, alegando que deveriam levar a proposta para a direção da Teleinformações.

Negociações Acordo Coletivo

Na última semana, aconteceu uma reunião na sede do sindicato com os



representantes da empresa para tratar da renovação do atual acordo coletivo. “A reunião não foi conclusiva, mas ficou a porta aberta para o diálogo e esta semana teremos uma resposta final a cerca de nossas reivindicações por parte da diretoria da empresa. A data base é 1º de fevereiro e precisamos definir logo”, disse o presidente do Sinttel, Marcelo Beltrão.

Desafios da classe trabalhadora para 2017

“O ano mal começou, mas a agenda negativa de 2016 segue viva a nos assombrar. O combate sem tréguas ao governo golpista e a luta em defesa dos direitos da população brasileira pautará nossa atuação em vários campos, pois mais uma vez, como sempre acontece em nosso país, a classe trabalhadora está sendo chamada para pagar a conta, seja através das reformas que retiram e extinguem direitos até o congelamento das despesas e investimentos nas políticas públicas pelo período de 20 anos ou da entrega das riquezas nacionais.

A luta contra a reforma da previdência é, desde já, uma bandeira essencial do movimento sindical. Precisamos pautar esse debate em todos os espaços, bem como construir uma rede de pressão sobre os parlamentares para que avance além do movimento sindical e envolva toda a população. Isso sem falar que precisamos impedir a regressão dos direitos dos aposentados, da seguridade social e garantir que o termo ‘aposentadoria’ não vire lenda no Brasil. A luta contra a reforma

“A luta contra a reforma da previdência é, desde já, uma bandeira essencial do movimento sindical”

Carlos Eduardo Veras
Presidente da CUT



trabalhista é outra bandeira que nos une para impedir a precarização das relações de trabalho com desregulamentação da CLT e terceirização sem fim.

Em Pernambuco, o clima também não é diferente e, após mais de cinco anos de seca, o desmonte do Estado também atinge nossa população. O ano começou com o aumento da violência, aumento do preço das passagens na região metropolitana e iniciativas pífiyas, de pura

propaganda, como o ‘vagão rosa’, criado pela direção do METROREC.

Todas estas questões apontam para a necessidade de unificarmos ainda mais nossa luta em Pernambuco e no Brasil. O movimento sindical tem papel crucial nesta luta, mas só a mais ampla unidade de todos os movimentos sociais e de todos os lutadores e lutadoras sociais podem apontar saídas para a classe trabalhadora do Brasil”.